

CHECK LIST - CANDIDATOS (REQUISITOS PARA O REGISTRO)

Partido/Federação / Coligação:			
Cargo:			
Candidato / Processo:			
Cana	Τ.	tato / 110cesso.	
[]	Autorização mediante apresentação de RRC.	
		OBS.:	
Γ	1	Escolha em convenção, conforme ata entregue pelo partido ou federação.	
		- Não marcar se o número do candidato e o nome não constarem em ata. Colocar a observação "NÃO CONSTA NÚMERO", "NÃO CONSTA NOME" ou 'NÃO CONSTAM NÚMERO E NOME".	
		 - Marcar apenas se o nome e o número do candidato constam em ata (constante no processo do DRAP) <u>Vice-Governador</u> - concorre com o mesmo número do titular. OBS.: 	
[]	Idade mínima para o cargo	
		Candidato a Senador - 35 anos até a data da posse (geralmente os nascidos até 1988). Candidato a Governador e Vice - 30 anos até a data da posse (geralmente os nascidos até 1993). Candidato a Deputado Federal ou Estadual - 21 anos até a data da posse (geralmente os nascidos até 2002).	
[]	Certidão criminal da Justiça Federal de 1ª grau, do domicílio eleitoral do candidato (Seção Judiciária da Bahia).*	
[]	Certidão criminal da Justiça Federal de 2ª grau, do domicílio eleitoral do candidato (<i>Tribunal Regional Federal da 1ª Região</i>).*	
[]	Certidão criminal da Justiça Estadual de 1ª grau, do domicílio eleitoral do candidato.	
[]	Certidão criminal da Justiça Estadual de 2ª grau, do domicílio eleitoral do candidato.	
		INSTRUÇÕES PARA AVALIAR AS CERTIDÕES:	
		- Não marcar se não constar assinatura na certidão, na hipótese de certidão convencional;	
		- Não marcar se a certidão não tiver código de autenticação, na hipótese de fornecida pela Internet;	
		- Não marcar na hipótese de certidão positiva sem a informação do andamento e objeto ("certidão de objeto	
		e pé").	
		Colocar na observação o motivo da não marcação.	
г	1	OBS.: Relação atual de bens, preenchida no CANDex.	
L			
		 Não marcar se a declaração não for a emitida pelo CANDEX. Não marcar se houver documento fornecido pelo candidato divergente do documento emitido pelo CANDEX. Colocar na observação o motivo da não marcação. OBS.: 	
[]	Fotografia recente do candidato conforme disposto no art. 27, II, da ResTSE n° 23.609/2019.	
		Não marcar se não for encaminhada fotografia nos padrões exigidos. OBS.:	
[]	Prova de alfabetização	
		A ausência poderá ser suprida com declaração de próprio punho, desde que preenchida na presença do servidor da Justiça Eleitoral. Documento digitado e assinado não é declaração de próprio punho. Não marcar caso não conste o documento. Supostos analfabetos que exerceram mandatos estão isentos de apresentar esse documento. OBS.:	
[]	Cópia de documento oficial de identificação	
		RG, Identidade Funcional (OAB, CREA, CREMEB, etc.), Certificado de Reservista, Carteira de Habilitação, CTPS ou Passaporte. Não marcar caso não conste um desses documento.	
[]	OBS.: Nacionalidade	

OBS.:
O requisito legal abaixo deve ser apresentado apenas pelo candidato a Prefeito
[] Propostas de governo
Não marcar se não for apresentado documento com as propostas. OBS.:
Os requisitos do eleitoral são aferidos com base no banco de dados da JE: 1) INEXISTÊNCIA DE CRIME - 2) FILIAÇÃO PARTIDÁRIA - 3) QUITAÇÃO - 4) DOMICÍLIO - 5) SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO - 6) INEXISTÊNCIA DE INELEGIBILIDADE
<u>CASOS ESPECIAIS</u>
1- PROVA DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO
Candidato necessita desincompatibilizar-se? (Examinar os Campos OCUPAÇÃO e INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR no RRC e comparar com o QUADRO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO) []SIM []NÃO
[] Prova de Desincompatibilização
- Não marcar este campo apenas se o candidato precisar se desincompatibilizar e não juntar documento comprobatório (publicação de ato oficial ou declaração do órgão). Data da desincompatibilização (informar): OBS.:
2 - MILITAR Candidato é Militar?
(verificar esta informação nos Dados Pessoais do Candidato no RRC) []SIM []NÃO
[] Prova da Condição de Militar
Identificação Funcional, contracheque, declaração do Setor Pessoal, Certidão, etc - Não marcar este campo apenas se o candidato for militar e não comprovar a condição de militar da ativa ou da reserva. OBS.:
[] Certidão expedida pela Justiça Militar (obrigatória)
- MILITARES ESTADUAIS - Auditoria Militar do Estado da Bahia. A certidão de 1º grau da justiça estadual abarca os processos da Auditoria Militar. - MILITARES FEDERAIS - STM (Superior Tribunal Militar) Obs: Esta certidão só é fornecida pela Internet - http://:www.stm.gov.br - Não marcar se não constar assinatura na certidão ou, se fornecida pela Internet, código de autenticação - Não marcar na hipótese de certidão positiva sem a informação do andamento e objeto (objeto e pé). Colocar na observação o motivo da não marcação. OBS.: 3 - FORO POR PRERROGATIVA DA FUNÇÃO
Candidato ocupa cargo eletivo elencado abaixo ou é candidato a reeleição?
[]SIM []NÃO [] Certidão de Foro por prerrogativa da função
O candidato que gozar de foro especial deverá apresentar certidão de tribunal competente:
- SENADOR e DEPUTADO FEDERAL - STF (Supremo Tribunal Federal)
 PREFEITO - TJ (Tribunal de Justiça) e TRF (Tribunal Regional Federal) VICE-GOVERNADOR - TJ (Tribunal de Justiça) e TRF (Tribunal Regional Federal)
- DEPUTADO ESTADUAL, JUIZ DE DIREITO e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - TJ (Tribunal

- OBSERVAÇÃO: Nos casos em que a certidão de foro por prerrogativa da função seja oriunda do TJ ou do TRF, a certidão de 2° grau supre. Vale lembrar que VICE-PREFEITO não tem foro por prerrogativa da função.

Não marcar se não for brasileiro nato ou naturalizado.

de Justiça)

GOVERNADOR - STJ (Superior Tribunal de Justiça)